

CONFLITOS NA REGIÃO DO PRATA: A GUERRA DO PARAGUAI

META

Estudar a política externa adotada pelo regime imperial na região do rio da Prata e seus desdobramentos, dando especial atenção àqueles relacionados com a Guerra do Paraguai.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar o papel do Brasil em meio ao conflito de interesses dos países platinos

destacar as diferentes abordagens historiográficas da Guerra do Paraguai

relacionar a participação do Brasil na guerra do Paraguai com o início da crise do Império.



A batalha do Avaí, de Pedro Américo. (Fonte: Bueno, 2002, p.212-213).

INTRODUÇÃO

Caro aluno. Enquanto a política interna do Segundo Reinado foi marcada pela pacificação dos conflitos, o mesmo não aconteceu com a política externa, tendo em vista o envolvimento do Brasil em disputas políticas ocorridas em países da fronteira Sul e sua participação na guerra do Paraguai.

“Desde o período colonial, a região Sul era alvo de intermitentes conflitos de fronteira. Uma vez independentes, os países que surgiram na bacia do Prata mantiveram as antigas rivalidades”. E, assim como o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, o Brasil tinha interesses a defender na região. Já tratamos em aula anterior da intervenção de D. João VI na região platina, quando anexou ao Brasil parte das terras da futura República do Uruguai, sob o nome de Província Cisplatina. Na aula de hoje veremos que esse não foi um fato isolado; que fez parte da política externa da Monarquia o envolvimento brasileiro nas disputas políticas e nas questões de fronteira ocorridas no decorrer do século XIX.

O BRASIL E OS CONFLITOS PLATINOS

A região platina é formada por Argentina, Paraguai e Uruguai. Três rios importantes banham esse território: Paraná, Paraguai e Uruguai, que se juntam criando um rio de interação comercial, o Rio da Prata. A navegação desses rios era a principal forma de contato com as províncias brasileiras do Centro-Oeste e Sudeste. (Costa e Mello, 2008, p. 415).

Disputada por portugueses e espanhóis desde a época colonial, a região do Rio da Prata continuou a despertar a atenção dos brasileiros após a Independência, quando o processo de formação dos Estados Nacionais na região favoreceu ao aumento dos conflitos, tanto dentro dos países, quanto entre países vizinhos. “Durante o século XIX, uma questão central para o Império era a de impedir o aparecimento de uma potência hegemônica na região. Por um lado, temia-se que se criasse um poderoso foco de irradiação republicana, tendo em vista que os países aí surgidos na luta contra a dominação espanhola adotaram essa forma de governo. Por outro lado, tal posição tinha por objetivo garantir a livre circulação de embarcações nos rios Paraná, Paraguai e São Lourenço, pois, sem essa “estrada fluvial”, o acesso ao Mato Grosso tornava-se bem mais dispendioso e arriscado, em razão de os outros caminhos para essa província depararem com duas barreiras difíceis de transpor: cachoeiras e índios bravios.” (Priore e Venâncio, 2010, p. 188).

As intervenções brasileiras na região do Prata, entre 1851 e 1870, ligam-se a uma disputa de interesses na região, principalmente quanto à livre navegação dos rios. Em 1827, nascia a República do Uruguai,

antiga Província Cisplatina, anexada ao Brasil. No entanto, mal sua independência tinha sido proclamada, o Uruguai já começava a ser cobiçado pelos argentinos.

Entre dois vizinhos fortes, o Uruguai era disputado por ambos. Ora seus governantes pendiam para um, ora para outro. Isso se refletia na posição dos dois partidos uruguaios: o Blanco, representando os interesses dos pecuaristas, apoiava-se na Argentina; o Colorado, ligado aos comerciantes de Montevideú, pendia para o Brasil. Assim, o interesse pela liberdade de navegação no Rio da Prata e a ambigüidade das alianças dos uruguaios, ora com os brasileiros, ora com os argentinos, ocasionaram vários conflitos.

Preocupado em manter livre a navegação no Rio da Prata, D. Pedro II enviou para a região um contingente militar, sob o comando de Caxias. Com essa ajuda, as tropas dos colorados depuseram o governante Blanco e retomaram o poder. Mas isso não foi suficiente para tranqüilizar o governo brasileiro. Era necessário derrotar também Juan Manuel Rosas, presidente argentino que apoiava os blancos uruguaios. Assim, a luta continuou com os brasileiros enfrentando os argentinos. Em 1852, as forças brasileiras venceram Rosas na batalha de Monte-Caseros.

Os britânicos tinham interesse na derrota de Rosas por causa das leis alfandegárias protecionistas que ele havia promulgado em 1835. Seu intuito era desenvolver a produção manufatureira argentina, o que prejudicaria as vendas de produtos ingleses.

No Uruguai, as rivalidades entre blancos e colorados se acentuaram, aumentando o predomínio dos blancos, que logo voltaram a controlar o poder. Em 1864, sob a presidência do blanco Aguirre, ocorreram represálias contra brasileiros residentes no Uruguai, violação de fronteiras e ataques de uruguaios às estâncias gaúchas. O governo imperial brasileiro exigiu, então, uma indenização do Uruguai, mas Aguirre se mostrou indiferente. Venâncio Flores, um colorado, fizera um pacto com o governo brasileiro: este o ajudaria a derrubar Aguirre; em troca, assumindo o poder, Venâncio Flores auxiliaria o governo brasileiro no embate que se prenunciava contra os paraguaios. Diante da impossibilidade de uma solução diplomática, iniciou-se, então, o conflito. O general Mena Barreto comandou, por terra, a invasão do Uruguai, já contando com o apoio militar dos colorados liderados por Flores. Pelo mar, tiveram apoio do Almirante Tamandaré.

Essa foi a Batalha de Paissandu, que ocorreu a 2 de janeiro de 1865, e culminou com a renúncia do presidente Aguirre e a tomada do poder por Venâncio Flores, que atendeu a todas as exigências brasileiras” (Costa e Mello, 2008, p. 416),

Incluindo pagamento de indenização aos proprietários sulinos da fronteira, atingidos pelas lutas interpartidárias do Uruguai.

Para justificar a intervenção do Brasil nas disputas internas uruguaias

alegava-se “a proteção dos interesses brasileiros – calculava-se que 10% da população uruguaia era composta por gaúchos que dominavam, por sua vez, cerca de 30% das terras agricultáveis”. (Priore e Venâncio, 2010, p. 189). Por outro lado, há indicações de que “estancieiros e charqueadores do Sul também não viam com bons olhos o progresso e o desenvolvimento da região platina, que [...] era forte concorrente na produção de charque e tinha a vantagem de já usar mão-de-obra assalariada enquanto aqui ainda vigorava o arcaico sistema escravista”. (Lopez, 1982, p. 79).

A GUERRA DO PARAGUAI – RAZÕES DO CONFLITO

Ao encerramento da sua participação no conflito uruguaio o Brasil já estava às voltas com outra guerra, desta vez contra o Paraguai. Foram quatro anos (1864 – 1870) de uma guerra que teve o Paraguai em um dos lados e, do outro, Brasil, Uruguai e Argentina, na chamada Tríplice Aliança. Ao final, o Paraguai estava com seu território devastado e 75% da sua população morta, o que faz considerar que o episódio “está nas origens do desolador espetáculo político-econômico que ainda hoje apresenta”. Mas a guerra teve um custo alto para todos os países envolvidos, mesmo os vitoriosos da Tríplice Aliança. Ao Brasil restou um saldo de muitas perdas humanas (aproximadamente 40 mil homens), um forte endividamento perante a Inglaterra e o governo imperial abalado.

“As razões do conflito suscitaram um polêmico debate historiográfico, ainda hoje em curso, em torno do qual, interpretações distintas foram produzidas. A visão dita tradicional, composta, basicamente, por relatos, militares e diplomáticos, surgiu logo após a guerra, predominando até fins da década de 1950. Dotada de forte cunho patriótico, factual por excelência, e centrada nas batalhas, nas negociações diplomáticas e nos atos dos grandes heróis ou vilões, esta visão atribui o conflito às pretensões expansionistas ou hegemônicas na região platina do presidente paraguaio Francisco Solano López, sempre retratado como um ditador sanguinário e megalomaniaco, ao passo que os brasileiros nada mais teriam feito do que reagir à agressão sofrida, sendo figuras como Tamandaré, Osório e Caxias, sobretudo, apresentados como os grandes heróis da guerra, salvadores da pátria ultrajada.

Na análise que faz da Guerra do Paraguai, em livro escrito por volta de 1950, Hélio Vianna atribui toda a culpa pelo conflito ao “ditador paraguaio (Francisco Solano López), desejoso de chegar à guerra, para a qual se encontrava preparado”. Mesmo tendo sido o Brasil,

o primeiro país a reconhecer a Independência do Paraguai, com o qual conseguiu estabelecer relações mesmo durante o longo período de isolamento a que o submeteu seu primeiro ditador, José Gaspar

Rodriguez de Francia. Diplomáticamente, havia o Império defendido a integridade territorial e a soberania do Paraguai contra os desejos expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata e depois da Confederação Argentina. Ao tempo de Rosas, contribuímos para o melhoramento das fortificações e do Exército do Paraguai”. (p. 534).

Após descrever as ocorrências que culminaram na declaração de guerra do Paraguai ao Brasil, em dezembro de 1864, Hélio Vianna diz o seguinte:

Todos esses fatos, assim cronologicamente narrados, cabalmente demonstram que ao Império não couberam nem as provocações nem a iniciativa das hostilidades que por mais de cinco anos se prolongariam, pela intromissão do governo paraguaio em assuntos internacionais privativos do Brasil e do Uruguai”. (p. 536).

Vianna também ressalta o papel desempenhado pelos chefes militares brasileiros, os verdadeiros heróis da guerra, a exemplo do Marechal-de-Exército Marquês de Caxias, “O maior militar brasileiro”. Ou o grande mentor dos triunfos alcançados pelos aliados, segundo afirmam Accioli e Taunay, na sua *História Geral da Civilização Brasileira*:

A partir de 19 de novembro de 1866, data da expressiva ordem do dia nº 1 do Marquês de Caxias, até 18 de janeiro de 1869, quando retirou-se do comando das tropas à frente das quais entrara em Assunção a 5 de janeiro, fazendo conveniente distribuição das forças, atendendo a todas as condições, vencendo as maiores dificuldades e internando-se pelo território paraguaio, o general-chefe, auxiliado eficazmente pelos valentes e beneméritos militares Osório, Argolo, Victorino Monteiro, Câmara e outros muitos que a Pátria reverencia, foi conquistando para o Exército aliado os elementos asseguradores de seus triunfos. (1973, p. 252).

A partir da década de 1960, no bojo da crítica marxista às ditaduras militares sul-americanas, surgem versões revisionistas do conflito, como as do historiador argentino Leon Pomer e do jornalista brasileiro Júlio José Chiavenato, que se contrapõem radicalmente à “história oficial”, pretendendo apresentar uma visão crítica da guerra. De acordo com estas versões, ao contrário do Brasil e da Argentina, subservientes ao capital e ao governo ingleses, o Paraguai seria, antes da guerra, uma república próspera, cujo Estado provia o país de uma via nacionalista de desenvolvimento econômico auto-suficiente, que o mantinha independente da ingerência e do capital estrangeiros, fomentando a produção industrial e possibilitando aos camponeses a posse de pequenas extensões de terra, em grande parte pertencentes ao Estado, e não a uma aristocracia rural. Nestas condições, o Paraguai seria um obstáculo e uma ameaça à expansão britânica no Prata,

sendo a guerra provocada por Brasil e Argentina, que, temendo a potência do país vizinho, teriam agido como instrumento do imperialismo inglês na região, ainda que tivessem, diante da heróica resistência paraguaia, que destruir todo o país e massacrar a quase totalidade de seu povo.

No prefácio do seu livro *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, escrito em 1979, Chiavenatto diz que

durante mais de cem anos pairou uma onda de mentiras sobre a Guerra do Paraguai. Junta-se a essa onda de mentiras um silêncio criminoso, procurando ocultar de todas as formas possíveis o que foi aquela guerra, o que representou para os povos envolvidos e, principalmente, como, por sua causa, o Brasil e a Argentina (levando o Uruguai de contrapeso) ficaram definitivamente colonizados pelo capital inglês. (p. 09)

Na sua versão, a guerra foi causada, em conteúdo, por motivos econômicos. “Naturalmente, há as questões de limites entre os países, as reivindicações territoriais da Confederação Argentina e do Império do Brasil, para mutilar a jovem República do Paraguai. Essas questões, porém, pela sua falta de propósito para causar uma guerra, como meros pretextos para criar condições de uma invasão do Paraguai, são secundárias. Além da questão de limites, mais aceitável do ponto de vista histórico, se bem que se demonstre sua falsidade facilmente, havia questões políticas, estas oriundas ainda das causas primordiais, as econômicas. Depois, há o que se poderia chamar vulgarmente de “razões ideológicas”, que serviram para a propaganda da guerra, acusando o governo de López de ser uma tirania, uma barbárie que se precisava exterminar para “libertar” o povo paraguaio. (p. 11).

Depois de acusar os historiadores tradicionais de forjarem fatos e somarem mentiras para justificar a guerra, o autor conclui: “todo livro que se propõe a contar a Guerra do Paraguai dentro de um parâmetro mais precisamente econômico, o que significa por a nu a Tríplice Aliança como testa-de-ferro do capital inglês, é condenado por “crime à nacionalidade”. (p. 12).

Enquanto eleva Francisco Solano López à condição de “o mais injustiçado dos grandes heróis latino-americanos”, “a figura histórica mais caluniada e ofendida da história americana”, Chiavenatto critica os historiadores da guerra por criarem mitos.

Na impossibilidade de os primeiros historiadores dessa guerra trabalharem com fatos, manipularam homens. [...] Hoje, quando partimos para a análise dos fatos, é obrigatório destruir ou pelo menos por em julgamento alguns desses mitos nacionais.” (p. 12).

Dentre os fatos relacionados como crimes de guerra, o autor destaca aqueles cometidos por militares brasileiros, a exemplo de Caxias, acusado de, juntamente com o General argentino Mitre, contaminar água de rio com cadáveres coléricos, além de descrever diversos outros que teriam sido perpetrados pelo Conde D’Eu, qualificado como “o grande criminoso da guerra”.

Segundo o estudioso da política imperial, Basile:

Apesar do efeito sedutor que tiveram até a década de 1980, essas teses conspiratórias do conflito vêm sendo questionadas por trabalhos mais recentes, como os de Ricardo Salles, de Francisco Doratioto e de Leslie Bethell. Todos estes autores contestam os principais fundamentos revisionistas – a mão oculta do imperialismo britânico a manipular o desencadeamento da guerra, a total subserviência do Brasil e da Argentina diante da Inglaterra, e a autonomia e a prosperidade paraguaia. Argumentam, assim, que não era o Paraguai um país avesso à presença britânica e muito menos auto-suficiente; se, em comparação a seus vizinhos do Prata, ocupava de fato uma posição periférica no contexto dos investimentos ingleses na região, isto, em primeiro lugar, se deve mais a um menor interesse da Inglaterra por este país do que a uma opção própria de desenvolvimento, e, em segundo lugar, não significa que o capital inglês estivesse afastado do Paraguai, como atestam as casas comerciais britânicas existentes em Assunção, as crescentes importações paraguayas de tecidos, artigos de ferro, utensílios industriais e material bélico oriundos da Inglaterra, e a contratação de técnicos ingleses para serem empregados em empreendimentos manufatureiros e de infra-estrutura. [...] Quanto a se atribuir ao imperialismo inglês o papel de eminência parda na deflagração do conflito, argumentam aqueles autores que o mesmo não interessava em absoluto à Inglaterra, cujo anseio maior (tal como o do Brasil) era justamente preservar o mapa geopolítico do Prata, mantendo, assim, o equilíbrio de poderes existentes na região (até porque o Paraguai estava longe de ser uma potência regional emergente ou de representar qualquer ameaça aos interesses britânicos); além disso, a guerra não só poderia colocar em risco as vidas, as propriedades e os negócios britânicos na região, como, ao seu término, o que se observou foi, não um maior incremento ou abertura, mas o decréscimo dos investimentos e das importações de produtos ingleses para o Paraguai. Isto não quer dizer, todavia, que, uma vez tendo sido detonada a guerra, qualquer que fossem seus desdobramentos e desfecho, não importariam à Inglaterra; não há como negar que havia por parte desta uma certa preferência pelos países aliados, que, afinal, concentravam a maior parte dos investimentos ingleses na região, mas daí a inferir que o conflito teria sido estimulado, promovido ou mesmo correspondido aos interesses da Grã-Bretanha é, se não um disparate, um grande exagero.

Assim, parece apropriado pensar a Guerra do Paraguai como um conflito cujas motivações encontram-se, essencialmente, na própria dinâmica de constituição dos Estados nacionais platinos e na disputa, entre esses países, pelo predomínio político-econômico da região, embora não se possa negar que a presença inglesa tenha sido um fator complicador neste processo. O Brasil já era então um país politicamente consolidado, que exercia um certo controle sobre o Prata, mas que via sempre esta preponderância ameaçada pela Argentina e, mais recentemente, pelo Paraguai. A primeira assegurara há pouco a unificação do país, com a centralização efetuada em torno de Buenos Aires, mas também se sentia ameaçada não só pela ascensão do Paraguai, como potência militar emergente no cenário platino, como, mais especificamente, pelas boas relações nutridas por este com as províncias de Entre-Rios e Corrientes, onde o ideal federalista ainda não fora de todo modo extirpado. Já o Paraguai procurava assumir uma posição de destaque no Prata e estabelecer um novo equilíbrio na região; para o que, além de fortalecer-se militarmente, como vinha fazendo, precisava, por um lado, aproximar-se do Uruguai, de modo a impedir a ingerência do Brasil sobre o mesmo e a poder ampliar o seu comércio exterior (mediante o acesso ao porto de Montevideú), e, por outro, manter acesos os entendimentos com Urquiza, a fim de enfraquecer a união argentina (embora em ambos os casos, evitasse, a princípio, firmar uma aliança formal, que poderia desencadear uma reação mais enérgica por parte do Império e da Argentina). Quanto ao Uruguai, durante o domínio blanco buscou estabelecer uma aliança com o Paraguai, desenvolvendo uma política avessa ao Brasil e à Argentina que muito interessava a este, mas, ao serem os colorados recolocados no poder pela intervenção brasileira contra Aguirre, voltou a ficar sob o controle do Império. Acrescente-se a tudo isto a tensão existente em razão da indefinição das fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, e da liberdade, sempre ameaçada, de navegação nos rios da bacia platina”.(Basile, 1990, p. 258/260).

Embora o texto de Basile contemple a análise de Doratioto sobre as causas da guerra, vamos ler um parágrafo conclusivo da sua obra: *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*.

A Guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. Essas contradições se cristalizaram em torno da Guerra Civil uruguaia, iniciada com o apoio do governo argentino aos sublevados, na qual o Brasil interveio e o Paraguai também. Contudo, isso não significa que o conflito fosse a única saída para o difícil quadro regional. A guerra era uma das opções, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. Seus governantes,

tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo potencial, anteviram conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevidéu, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.

Dos erros de análise dos homens de Estado envolvidos nestes acontecimentos, o que maior consequência teve foi o de Solano López, pois seu viu-se arrasado materialmente no final da guerra. E, recorde-se, foi ele o agressor, ao iniciar a guerra com o Brasil e, em seguida, com a Argentina”. (Doratioto, 2002, p. 93 e 96).

Em livro de publicação recente, com o título: *Uma breve História do Brasil*, Mary Del Priore e Renato Venâncio recorrem à análise do passado colonial do Paraguai, antes de se posicionarem entre a abordagem que privilegia os motivos regionais ou “internos” da Guerra do Paraguai, e a corrente que enfatiza as causas “externas” ou, mais precisamente, a influência do imperialismo inglês. Vejamos, então.

Embora fosse conhecido desde o século XVI, o território que deu origem ao Paraguai despertou pouco interesse entre os espanhóis, que concentraram seus esforços na colonização de áreas produtoras de prata, como as que deram origem aos atuais Peru e Bolívia. Devido a essa localização “periférica”, o governo metropolitano não se opôs ao estabelecimento de missões jesuíticas na região paraguaia. Os jesuítas puderam, assim, reunir sob seu comando milhares de índios guaranis, livrando essa população do extermínio, que vitimava os povos das áreas vizinhas. No século XVIII, porém, tais comunidades autossuficientes economicamente e autônomas politicamente, passaram a ser vistas com desconfiança pelo governo metropolitano. Para os absolutistas espanhóis, elas se configuravam como um “Estado dentro do Estado”. Situação inaceitável que deu origem a violentos conflitos entre o governo metropolitano e os jesuítas, resultando na expulsão destes últimos em meados do século XVIII: após serem confiscados, os territórios que correspondiam

às antigas missões foram entregues a burocratas, embrião da futura classe dominante paraguaia.

Como pode ser observado, a experiência jesuítica marcou profundamente a história do Paraguai. Assim, é possível afirmar, por exemplo, que nessa região, o sistema escravista foi residual, não havendo nem plantations nem exploração de minas. Por outro lado, devido a motivos de natureza religiosa, a população e a cultura indígenas sobreviveram, havendo inclusive a adoção do guarani como língua nacional. Os ditadores locais – a começar por José Gaspar Rodríguez de Francia, “El Supremo”, que governou o país entre 1813 e 1840 – eram, dessa forma, produtos de uma experiência singular de colonização, em que o desejo de autonomia e a presença de traços culturais e laços comunitários pré-coloniais haviam sobrevivido. Isso, porém, não significava que tais governantes estivessem vinculados a um projeto de desenvolvimento nacional alternativo ou de socialismo avant la lettre. É bem mais provável que eles procurassem reproduzir o passado colonial, gerindo o Paraguai como uma grande estância, uma grande missão laica, paternalista e comunitária. É também certo que, ao longo da primeira metade do século XIX, foram tomadas algumas medidas inovadoras, como o incentivo à metalurgia e à importação de técnicos ingleses. No entanto, isso vinculava-se à necessidade de formar um exército local, tendo em vista as tendências expansionistas de Buenos Aires e do Brasil.

Apesar desses esforços “modernizantes”, não há indicações de empenho dos dirigentes paraguaios em romper com o mundo tradicional herdado da época colonial. Talvez a afirmação contrária seja mais próxima da realidade. Nesse sentido, a reação de Francisco Solano López, em 1864, dois anos após ter sucedido o pai no poder, é bastante esclarecedora: os ataques à parte da Argentina, assim como ao sul do Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul, de certa maneira, devolviam aos paraguaios a área de domínio das missões jesuíticas antes da expulsão da Companhia de Jesus no século XVIII.

Portanto, a não ser do ponto de vista de retorno ao passado, é pouco provável que o Paraguai representasse um modelo alternativo para os demais países da América Latina. O que não significa que as decisões do governo local agradassem aos ingleses. Conforme vários autores sublinham, a Inglaterra sempre esteve pronta a combater tendências expansionistas na bacia do Prata, importante porta de entrada de suas mercadorias. Além disso, o Brasil era, no mundo, o terceiro maior importador de produtos ingleses e tradicional cliente de empréstimos internacionais. Tornara-se fundamental para a Inglaterra manter boas relações com o governo imperial – relações, aliás, arranhadas frequentemente em razão da condenação inglesa ao tráfico de escravos -, e a guerra deu essa oportunidade. [...]

Talvez o mais provável é que a confluência entre interesses regionais e os do Império britânico tenha contribuído para o surgimento

da Guerra do Paraguai. O que de fato surpreendeu a todos foi a capacidade do Paraguai em suportar quase seis anos de ataques sucessivos. Em grande parte, isso foi possível graças ao envolvimento da quase totalidade de sua população civil, dando origem, como afirmamos, ao mais sangrento capítulo da história sul-americana. (Priore e Venâncio, 2010, p. 190/192).

AS FASES DA GUERRA

Ao declarar guerra ao Brasil, não sem antes adverti-lo para não invadir o Uruguai, Solano López acreditava poder contar com a ajuda deste país, ainda em poder dos blancos e já em luta contra o Império, e de Entre-Rios e Corrientes, que, segundo imaginava, se não entrassem na guerra do lado paraguaio, ao menos forçariam o governo argentino a se manter neutro no conflito. Além de superestimar o potencial bélico de seu país e de subestimar o brasileiro, não contava López com a rápida derrota de Aguirre e com a negativa daquelas províncias argentinas em lhes prestar apoio. Para piorar, depois de ver recusado o pedido de permissão para que suas tropas atravessassem o território argentino das Misiones, de forma a poder então atacar o Rio Grande do Sul, o presidente paraguaio, em 18 de março de 1865, declarou guerra à Argentina, invadindo e ocupando Corrientes em seguida. A esta altura, o Uruguai estava de novo sob o poder colorado e a tutela basileira.

Estavam criadas, assim, as condições para que, em 1º de maio, fosse formada a Tríplice Aliança, reunindo Brasil, Argentina e Uruguai. [...] Se a guerra não fora planejada nem desejada por nenhum dos aliados, nem por isso deixou de representar uma oportunidade para enfraquecer ou mesmo destruir um poder emergente incômodo para todos, ainda mais porque era crença geral (inclusive do Paraguai) que seria um conflito de curta duração, CAD lado acreditando em uma rápida vitória sobre o outro.

Na formalização da aliança, o Brasil, a Argentina e o Uruguai assinaram o Tratado Secreto da Tríplice Aliança. “Nele se determinava que só se negociaria a paz mediante a deposição do Solano López. Estabeleciam-se, também, novas fronteiras entre os países litigantes ao final do combate, assim como se sentenciava que o Paraguai, enquanto nação agressora, pagaria pelos gastos e prejuízos decorrentes da guerra”. (Schawarcz, 1998, p. 303)

O tempo, porém, não tardaria a mostrar o quanto eram equivocadas estas previsões. Uma longa guerra estava então apenas se iniciando. Em sua primeira fase, foi esta marcada pela ofensiva paraguaia, quando, após ocupar Mato Grosso e Corrientes, as tropas comandadas pelo coronel Estigarribia, entre maio e agosto de 1865, atravessaram as Misiones e invadiram São Borja e depois Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Todavia,

não conseguiram manter-se aí por muito tempo, e nem, tampouco, alcançar o Uruguai, sendo logo contidas pelas forças aliadas, obrigando Estigarribia a render-se em Uruguaiana, em 14 de setembro. Antes disto, em 11 de junho, na batalha naval do Riachuelo, no rio Paraná, a marinha de guerra paraguaia atacou a brasileira, mas foi vencida e destruída por esta, que, em seguida, empreendeu um efetivo bloqueio do Paraguai, mantido até o fim da guerra. Ao final do primeiro ano de conflito, a única parte do território aliado ainda ocupada por tropas paraguaias era uma região de interesse secundário, situada no Mato Grosso.



Batalha Naval de Riachuelo. (Fonte: www.1.bp.blogspot.com).

A segunda e mais importante fase da guerra foi, por sua vez, marcada pelo avanço das forças aliadas, com o início da invasão do Paraguai, a 16 de abril de 1866. Estabeleceram seu quartel-general em Tuiuti, onde, em 24 de maio, venceram a primeira batalha terrestre, rechaçando a investida paraguaia. (No restante do ano de 1866 e no começo de 1867 registraram-se algumas batalhas, a troca do comando das forças navais e terrestres brasileiras, assumido por Caxias, e o célebre episódio da Retirada da Laguna pelas tropas brasileiras que tentavam por ali invadir o Paraguai). Nenhum avanço aliado foi registrado até julho de 1867, quando se iniciou o movimento de cerco à grande fortaleza fluvial de Humaitá (que bloqueava o acesso ao rio Paraguai e à Assunção), só efetivamente tomado em 5 de agosto do ano seguinte. A partir daí, o avanço aliado não mais seria detido, culminando na campanha da Desembrada (dezembro de 1868), com sucessivas vitórias nas batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas (onde o exército paraguaio foi aniquilado) e Angostura. Entre 1º e 5 de janeiro de 1869, a Capital Assunção foi finalmente conquistada pelas tropas brasileiras.

Mas uma terceira fase da guerra ainda viria em seguida, quando Solano López, que escapara da investida aliada, organizou um novo exército e liderou uma campanha de guerrilha contra essas forças,

desde 15 de abril comandadas pelo Conde D'Eu. Em 11 de junho, é estabelecido um Governo Provisório em Assunção, integrado por representantes aliados. Em 12 de agosto, dá-se o ataque bem sucedido à Peribebeuí, centro da resistência paraguaia, e, quatro dias depois, as tropas restantes são massacradas na batalha de Campo Grande [...]. López, todavia, escapou de novo, seguindo rumo ao norte do país, com as tropas brasileiras no seu encalço; em 1º de março de 1870, é afinal encurralado e morto em Cerro Corá. Terminada a guerra, a última tropa brasileira só deixaria o Paraguai em 22 de junho de 1876, permanecendo, ainda, uma força argentina até maio de 1879". (Basille, 1990, p. 260/261).

A GUERRA ABALA OS ALICERCES DA MONARQUIA

É bastante comum o entendimento dos historiadores dedicados à História do Brasil de que a Guerra do Paraguai demarca o período de apogeu daquele em que tem início o declínio do Império. Afinal, o envolvimento do Brasil numa guerra de tão longa duração, que causou tantas perdas humanas, que trouxe um grande endividamento ao país, que afetou sua economia e sua força de trabalho, seria, fatalmente, motivo de protestos, de cobranças, de dissensões, como os que recaíram sobre o soberano, Pedro II. Vejamos, a propósito, alguns fatos reveladores da forma como se deu a participação militar do Brasil no conflito, pelo relato dos já citados pesquisadores Priore e Venâncio.

“A guerra teve início em um momento espinhoso da política imperial. Acreditava-se num embate curto, quase cirúrgico, liderado por um “rei guerreiro”: o jovem d. Pedro II, cuja barba começaria, então, a embranquecer. Enormes gastos foram mobilizados para o confronto: 614 mil réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864; abria-se um déficit que persistiu até 1889. [...] (Quanto às repercussões não previstas) No lado brasileiro, a mais importante delas diz respeito à quebra da forma tradicional de defender a fronteira meridional. Normalmente, nas suas incursões na bacia do Prata, o governo imperial dispensava o uso das forças regulares, deixando essa tarefa para as denominadas troupilhas gaúchas, comandadas por proprietários rurais e seus subordinados; bandos que atuavam desde os tempos coloniais e tinham como recompensa o gado e as terras que conquistavam do inimigo.

Por dependerem dessa forma tradicional de defesa, os dirigentes do Império não estavam preparados para enfrentar um conflito longo, como foi o da campanha do Paraguai. Na época em que a guerra foi deflagrada, o Exército brasileiro encontrava-se pouco organizado, e razões para isso não faltavam. No período posterior à independência,

os oficiais – a maioria deles de origem portuguesa- eram vistos como suspeitos de participar de complôs com o objetivo de restaurar o Brasil à condição de colônia portuguesa; os soldados, por sua vez, em grande parte mercenários estrangeiros ou gente oriunda das camadas populares, eram encarados como ativos participantes de levantes urbanos, inclusive o que levou d. Pedro I a renunciar ao trono. Com a finalidade de neutralizar essa dupla ameaça, foi criada, nos anos 1830, a Guarda Nacional, uma milícia formada por “cidadãos em armas”. Em outras palavras, o governo transferiu para os civis a responsabilidade de manutenção da ordem, dando origem ao “fazendeiro coronel”, ainda presente no imaginário político brasileiro. A Guarda Nacional fazia, dessa maneira, dos senhores de escravos, auxiliados por seus capangas, os principais elementos das forças armadas, o que permitiu ao Império implementar uma política de desmobilização e esvaziamento do Exército regular. Ora, a Guerra do Paraguai, prevista inicialmente para durar seis meses, mas que perdurou por quase seis anos, exigiu a rápida reconstituição de forças armadas regulares. Ao perceber a gravidade da situação, o governo imperial teve de improvisar um Exército, recorrendo à convocação de prisioneiros, escravos, libertos, índios e até mulheres e crianças. Compreender as razões desse irregular processo de recrutamento é fundamental, pois em grande parte a animosidade entre o Exército e o Império teve origem na forma improvisada de organizar as forças armadas que lutaram na campanha paraguaia. A primeira medida nesse sentido foi a criação, em 7 de janeiro de 1865, do Corpo de Voluntários da Pátria. Segundo a lei que deu origem a essa forma de recrutamento, o Exército podia admitir em suas fileiras todos aqueles que se apresentassem voluntariamente. O governo acenava com algumas vantagens para quem assim procedesse, oferecendo o dobro do soldo normalmente pago aos praças, indenização para as famílias dos mortos e gratificações e terras aos sobreviventes.

Tais medidas tiveram grande repercussão. Entre os 123 mil combatentes brasileiros na Guerra do Paraguai, 54 mil serviram em batalhões de voluntários da pátria. O grande problema dessa forma de recrutamento era a ausência de prévia formação militar. Entre os voluntários havia de tudo. Muitos dos que se alistaram voluntariamente eram jovens influenciados pelo nacionalismo aristocrático de escritores românticos. Outros, porém, haviam sido coagidos pelas autoridades regionais, dando origem a queixas a respeito dos “voluntários do pau e da corda”. Os próprios mandatários imperiais aprovaram legislação complementar à anteriormente mencionada, destinada a facilitar o recrutamento coagido. [...]

A nova forma de recrutamento (lei de 8 de julho de 1865) era uma determinação feita para abolir qualquer forma de lei. A situação que então se inaugura é a de recrutamento forçado a todo custo. Graças

a essa determinação, foi possível que, entre 1864 e 1866, o Exército passasse de 18 mil homens em armas, reunindo no ano seguinte 57 mil soldados. Os testemunhos e documentos referentes a esse recrutamento mostram que ele teve por base as mais diferentes formas e expedientes: prisões eram esvaziadas, assim como crianças e vadios eram caçados pelas ruas das cidades brasileiras.

No Rio de Janeiro, por exemplo, as autoridades locais colocaram, no ano de 1864, 116 meninos menores de 16 anos à disposição da armada; um ano mais tarde, essa cifra foi de 269 recrutas. Pelo menos metade desse contingente havia sido recolhido nas ruas da capital brasileira, dando origem a centenas de ofícios nos quais as famílias solicitavam às autoridades a devolução do filho recrutado à força. Nem os meninos escravos, “propriedades” alheias, conseguiam escapar a esse furor. [...]

Havia ainda outras origens dos voluntários da pátria. Uma delas dizia respeito aos escravos que assentavam praça usando nomes falsos, legitimando um projeto de fuga e garantindo casa e comida nas fileiras do Exército. A outra decorria de uma antiga prática que consistia em pagar certa quantia, ou apresentar um escravo substituto, eximindo-se assim das fileiras do Exército. [...] Não é preciso muita imaginação para perceber que esses recrutas saídos direto das senzalas para o campo de batalha acabavam tendo um desempenho medíocre no front. É provável que a maioria deles não tivesse a mínima idéia de por que estava lutando, e muitos, por temerem a reescravização, desertavam na primeira oportunidade, como ocorreu durante a Retirada da Laguna, célebre batalha de 1867 em que se registrou a morte de trinta soldados, ao passo que cerca de duzentos praças “desapareceram” durante o conflito.

Não sem razão, as tropas brasileiras, em boa parte formadas por escravos, menores abandonados e criminosos, eram descritas como um bando de famintos, aventureiros e aproveitadores. Alfredo d’Escragolle Taunay também indica a presença de mulheres nos campos de batalha, “carregando crianças de peito e mais velhas” [...] Assim, enquanto os homens entregavam-se ao roubo, jogatina e comércio, suas companheiras se dedicavam ao saque, apoderando-se de mantos e ponchos de paraguaios mortos, ou sobreviviam graças à prostituição. [...]

Assim, a atuação do Exército brasileiro ficava comprometida por práticas que lembravam as irregulares forças armadas do Antigo Regime. A falta de organização também se refletia no abastecimento: os soldados acabavam tendo de se alimentar quase exclusivamente de frutas silvestres, colhidas no campo paraguaio, como o bacuri, o murici e o fruto da vagem de jatobá. Os oficiais, por sua vez, comiam carne de gado caçado no local. Rapidamente, porém, essas duas fontes de alimentos escassearam, dando origem a um quadro de fome crônica. Uma vez mais, Taunay pinta com cores fortes a penúria

da guerra, afirmando que, em torno dos raros animais conseguidos, formava-se “um círculo... cada qual mais ansioso esperando o jacto de sangue; uns para o receberem num vaso e o levarem, outros para o beberem ali mesmo”. As vísceras e o couro eram despedaçados e devorados mal-assados ou semicozidos, dando origem a sérios problemas de intoxicação alimentar, com efeitos devastadores entre os combatentes.

Mal alimentados, com vestimentas não preparadas para o clima local, os soldados adoeciam facilmente de beribéri, malária, varíola, cólera-morbo e pneumonia. Os estudiosos do tema chegaram até a avaliar que a fome e as doenças mataram dez vezes mais soldados brasileiros do que os conflitos abertos contra os paraguaios. Por isso, ao longo dos anos da guerra, foi se consolidando entre os oficiais a opinião de que o principal inimigo do Exército eram os políticos do Império, que haviam abandonado a instituição, substituindo-a em grande parte pela Guarda Nacional. Tal situação ficou ainda mais agravada após o término da guerra, quando então ressurgiu a tendência favorável à desmobilização e ao esvaziamento do Exército. Contra essa política, os militares se uniram e, em razão dos sacrifícios e sofrimentos vividos nos campos de batalha, construíram uma identidade positiva e até heróica da instituição a que serviam. É nesse contexto que surgiu o que se costuma denominar “oposição militar” ao Império, elemento central, como veremos, no processo de declínio e colapso do governo monárquico inaugurado em 1822. (Priore e Venâncio, 2010, p. 192-196).

Antes de concluir, vejamos trechos das *Memórias* escritas pelo major Cristiano Pletz, militar que participou da Guerra como Voluntário da Pátria. Transcrito da obra *História Documental do Brasil*, de Therezinha de Castro, o registro contém informações interessantes sobre formas de engajamento de jovens na guerra, festividades de despedida, dificuldades enfrentadas (como a contaminação de todos por varíola), a proximidade vivida, tanto com as grandes autoridades da guerra, como com a morte, a grandiosidade do número de mortos etc.

Episódios da Guerra do Paraguai

Já se sabia em Curitiba que o vapor “Marquês de Olinda” havia sido aprisionado em Assunção por ordem do Marechal Francisco Solano López, ditador do Paraguai. O povo comentava esse fato e aguardava algum acontecimento importante. Este não tardou a verificar-se: foi a declaração de guerra ao Paraguai. A guerra não causou surpresa, pois já era esperada. O governo do Império, não dispondo senão de uns 10 ou 12 mil homens do Exército, convidou o povo brasileiro a se apresentar, voluntariamente, para a defesa da Pátria, prometendo aos voluntários como recompensa, no fim da guerra, uma sorte de 22.500 braças de terra e 300\$ em dinheiro para as praças [...]

Tendo-se passado cerca de um mês sem que ninguém se apresentasse, em 25 de fevereiro de 1865, os irmãos Francisco e Cristiano Pletz e João José Pichet combinaram entre si e resolveram apresentar-se, voluntariamente, ao Presidente da Província, a fim de marcharem para o campo de batalha, sendo aceitos pelo Presidente [...]

Desse dia em diante, seguindo o nosso exemplo, começaram a se apresentar alguns outros moços para se inscreverem, como nós, no Corpo de Voluntários [...] Os voluntários foram aquartelados e faziam, diariamente, exercício militar [...]

Na véspera da partida, fez-se em nossa casa, à rua da Assembléia, esquina da atual Cândido Lopes, um baile de despedida, ao qual compareceram jovens e senhoritas de nossas relações. Estas nos ofereciam e jogavam flores – Alegre [...] triste baile – de despedida. Quase à hora da partida fomos os três, eu, meu irmão Francisco e João Pichet, fazer as últimas despedidas aos nossos queridos pais e parentes. O desditoso João Pichet, cheio de coragem e de esperanças, ao beijar nossa sobrinha Gabriela, uma criança de dois anos, ouviu de seus lábios inocentes estas palavras: “Até logo” – que ele tomou como bom augúrio, dizendo: - A menina diz – até logo; é sinal que todos nós voltaremos. Não se realizaram os prognósticos infantis, pois justamente, João Pichet não voltou [...]

Seguímos para o Rio de Janeiro, desembarcando no Arsenal da Marinha, de onde marchamos para o quartel do Campo de Santana, ficando aí aquartelados, à disposição do Ministério da Guerra [...]

Estando em organização o 4º Batalhão de Voluntários da Pátria com os contingentes, que iam chegando todos os dias das Províncias, fomos incluídos no mesmo, formando a 1ª Companhia, sob o comando do Dr. Francisco Pinheiro Guimarães [...]

No Rio de Janeiro grassava a epidemia de varíola, de modo que foi fácil a contaminação: - Em viagem desenvolveu-se a moléstia e chegamos todos atacados do terrível morbus na capital do Uruguai. Os hospitais de Montevideu estavam repletos de variolosos e no cemitério daquela cidade ficaram numerosos patriotas brasileiros [...]

Em Gualeguaichu, onde estivemos cerca de um mês acampados, realizou-se uma grande revista em ordem de batalha, passada pelo General D. Justo Urquiza, governador da Província de Entre Rios, em cujo território nos achávamos acampados [...] Estávamos em vésperas de entrar em contacto com o inimigo e a ansiedade da mocidade brasileira em desafrontar o pavilhão auriverde crescia com a aproximação do local, em que se devia ferir a luta. No dia seguinte marchamos de Gualeguaichu. Durante nossa marcha o coronel paraguaio Estigarríbia, comandando 12 mil homens, invadiu a província do Rio Grande do Sul, entrando por S. Borja, onde só se achava o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, que, com alguns contingentes de cavalaria rio-grandense, comandados pelo General Davi Canabarro, foi hostilizando os paraguaios rio abaixo,

pela margem esquerda do Uruguai, até que estes entraram na vila de Uruguaiana, onde se entrincheiraram. Os paraguaios foram ali sitiados, não podendo ser atacados por falta de Infantaria.

O General Flores, comandante do Exército da vanguarda, sabendo que marchava uma coluna paraguaia de três mil homens, comandada pelo Coronel Duarte, com o fim de fazer junção com Estigarríbia, adiantou-se das forças de Osório e bateu as forças inimigas em Yataí, em frente a Uruguaiana, e ficou ajudando o sítio desta cidade.

Enquanto isto se passava, os chefes mandaram a Gualeguaichu buscar uma brigada de infantaria do exército de Osório, para ajudar a tomada de Uruguaiana. Foram designados para esse reforço o 4º Batalhão de Voluntários, de que fazíamos parte [...] Em 13 dias de marcha chegamos em frente a Uruguaiana, no dia 18 de setembro [...] Achavam-se presentes D. Pedro II, Conde D'Eu, o Ministro da Guerra Ferraz e outros personagens importantes. No dia 18 de setembro de 1866, um dia claro e lindo, foi enviado ao inimigo um parlamentar com bandeira branca, intimando-o a render-se [...]

Em Lagoa Brava fizemos junção com o exército de Osório, que continuou marchando durante nossa expedição. No dia 20 de maio, o exército todo marchou, indo acampar em Tuiuti, na frente dos grandes entrincheiramentos onde o López contava liquidar com os exércitos aliados [...] No dia 24, das 10 para as 11 horas do dia, tempo bonito e sol claro, estávamos recebendo rações para o almoço, quando ouvimos um grande tiro de morteiro atrás das trincheiras e já ouvimos a artilharia Mallet, que se achava na direita do exército de vanguarda do General Flores e também a artilharia oriental, hostilizando o General Díaz com suas forças, [...] Vi passar o General Osório duas vezes, no meio do fogo montado em um cavalo picaço, acompanhado de duas ordenanças. À sua passagem gritamos – Viva o General Osório! Viva D. Pedro II! – isto no meio de um fogo medonho, no começo da luta [...] Assim passou-se o dia 24 de maio; no dia 25 de manhã, era impressionante se ver o nosso acampamento juncado de cadáveres e a soldadesca a arrastar e reunir cerca de 5 mil paraguaios mortos, e fazer montões para serem queimados [...]

Depois da batalha de 24, passados uns 8 ou 10 dias, López nos mimoseou com um bombardeio medonho, de nosso acampamento. De nossas barracas ouvíamos os estilhaços roncando o dia inteiro, porém só houve feridos. Nos dias 16, 17 e 18 de julho, fomos abrigados a ir tomar de assalto uma trincheira que os paraguaios estavam fazendo à esquerda, para nos incomodar com bombardeio em nosso acampamento; trabalhavam de noite para não serem vistos. A tomada dessa trincheira nos custou cerca de 5 mil homens.

O nosso batalhão, incorporado ao Exército, tomou parte ativa nas operações até o fim da guerra. Não pretendemos, porém, escrever a história da guerra e sim alguns episódios interessantes, dos quais fomos testemunhas... (Castro, 1968, p. 196-199).

CONCLUSÃO

Disputada por portugueses e espanhóis desde a época colonial, a região do rio da Prata continuou sendo motivo de rivalidade entre os países que surgiram ao seu redor. Foi o caso também do Brasil. Interessado em manter o controle sobre a região, o governo imperial envolveu o país em conflitos internos dos vizinhos, a exemplo do que aconteceu no Uruguai, e também na violenta guerra do Paraguai.

Compondo com a Argentina e o Uruguai uma aliança, o Brasil impôs ao Paraguai uma derrota que destruiu aquele país, mas não deixou de sofrer as conseqüências de sua participação no “conflito militar mais importante e sangrento dentre todos os ocorridos na América Latina ao longo do século XIX”.

RESUMO

Conhecida como Guerra da Tríplice Aliança na bibliografia argentina ou como Guerra Grande, como a chamou o escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, a Guerra do Paraguai (1864-70) é o nome pelo qual ficou celebrizado no Brasil o conflito militar mais importante e sangrento dentre todos os ocorridos na América Latina ao longo do século XIX. Morreram em combate cerca de 150 a 300 mil soldados, número só inferior, nas Américas, à Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-65), na qual a morte alcançou 600 mil soldados, entre yankees e confederados”. São essas as informações que compõem o primeiro parágrafo do verbete sobre a Guerra do Paraguai, do Dicionário do Brasil Imperial, dirigido por Ronaldo Vainfas.

Deflagrada em dezembro de 1864, após a invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias sob as ordens de Francisco Solano López, a guerra evoluiu com a união da Argentina, do Uruguai e do Brasil contra aquele dirigente, tido como ditador. Contrariando a expectativa dos países envolvidos, a guerra não se resolveu rapidamente e, muito embora o Paraguai tenha sido o país a arcar com os maiores prejuízos em perdas humanas e materiais, o confronto abalou a todos.

Analisada tradicionalmente como uma guerra de defesa do Brasil contra a tirania do ditador Solano López, essa abordagem orientou os debates e estudos sobre o episódio até a segunda metade do século XX, quando ganhou espaço a versão que atribuía aos interesses ingleses na América a motivação maior para o confronto. Mais recentemente tem prevalecido a idéia de que a guerra resultou principalmente da dificuldade dos países envolvidos de resolverem questões regionais por vias pacíficas.





ATIVIDADES

1. Faça um resumo da abordagem da Guerra do Paraguai feita por Hélio Vianna, Júlio José Chiavenatto e Francisco Doratioto.
2. Como se explica a afirmação de Priore e Venâncio de que “os dirigentes do Império não estavam preparados para enfrentar um conflito longo como foi a campanha do Paraguai?”

REFERÊNCIAS

- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda de (org.). **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- CHIAVENATTO, Júlio José. Genocídio Americano: **A Guerra do Paraguai**. – 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1979.
- COSTA, César Amad ; MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Série Revisão 8).
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUSA, J. A. Soares de. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à Queda de Rosas. In: HOLANDA, Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 3. São Paulo: DIFEL, 1976. Tomo II.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. – 12 ed. – São Paulo: Melhoramentos, 1975.